

**TRAJETÓRIAS MIGRANTES E CONFLITOS URBANOS NA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS (BRASIL, 2012-2016)**

Francisco Canella<sup>1</sup>

**Resumo:** Entre 1990 e 1992 sem-tetos organizados promoveram ocupações no município de Florianópolis. Após duas décadas, novas ações organizadas de sem-teto aconteceram na Região Metropolitana de Florianópolis. Uma série de mudanças ocorreram na cidade entre esses dois períodos. O surgimento de novas áreas de moradia e a expansão de antigos bairros (mudanças decorrentes do forte crescimento populacional) alteraram a fisionomia urbana da área metropolitana. Nesse processo, modificou-se também o perfil dos seus moradores e a dinâmica política da cidade, com o ingresso de novos protagonistas na cena pública. Dois traços podem ser apontados como recorrentes nessas novas lutas por moradia na Grande Florianópolis: a presença das mulheres na liderança do movimento; a forte presença de migrantes entre os sem-teto. Tal como nas comunidades surgidas das lutas do passado, nas novas ocupações do movimento dos sem-teto, tem-se identificado a força da participação feminina, tanto como lideranças como no trabalho cotidiano de organização comunitária, sendo que a maioria delas é constituída por mulheres migrantes. Assim, partindo de uma breve contextualização histórica do movimento de luta por moradia em Florianópolis, o trabalho apresenta os dados de recente pesquisa desenvolvida numa ocupação de sem-teto, identificando o perfil migrante dos integrantes do movimento e analisando a participação das mulheres no seu processo organizativo. A pesquisa de campo ocorreu na área ocupada pelo movimento – a Ocupação Contestado, e envolveu uma equipe de pesquisadores que coletaram dados por meio de *survey*, grupos focais e entrevistas. Além dessas técnicas, a pesquisa participante foi fundamental no sentido de proporcionar o acesso às lideranças e moradores, possibilitando a realização de entrevistas em profundidade, das quais resultaram histórias de vida de lideranças da ocupação.

**Palavras-chave:** Trajetórias migrantes. Movimentos sociais. Gênero.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura articular movimentos sociais que ocorrem no tempo presente com o processo histórico de duas décadas de lutas e de vivências de protagonistas de lutas por moradia. As lutas por moradia desencadeadas na Grande Florianópolis entre 2012 e 2016 é o foco no tempo presente, o qual será articulado às lutas protagonizadas pelos sem-teto que ocorreram entre 1990 e 1992, quando sem-tetos organizados promoveram ocupações na cidade de Florianópolis, e seus desdobramentos posteriores.

---

<sup>1</sup> Doutor. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: franciscocanella@hotmail.com  
O trabalho é resultado de pesquisa que contou com financiamento de CNPQ/CAPES (Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES n°22/2014) e com bolsa de Iniciação Científica.(PROBIC/UDESC)

Observo que não se trata da análise de um sujeito único e homogêneo. Nessa temporalidade que abarca duas décadas, há um conjunto diversificado de protagonistas e de situações conflitivas, com os conflitos em torno da questão da moradia assumindo diferentes contornos. O desafio é, a partir de uma leitura atenta do perfil dos atores implicados nessas lutas, identificar pontos que permitam estabelecer algumas regularidades num processo que se apresenta, numa primeira mirada, tão descontínuo e fragmentado.

### **UMA TRAJETÓRIA DE DUAS DÉCADAS**

Entre 1990 e 1992 sem-tetos organizados promoveram ocupações no município de Florianópolis. Foram movimentos considerados bem sucedidos nas disputas políticas na cidade. No entanto, os conflitos urbanos desencadeados no ano de 1990, que com suas ocupações de terrenos públicos ou privados confrontavam a política instituída na cidade, podem ser remontados às décadas anteriores. No período final do regime militar, algumas associações de moradores começavam a surgir em vários bairros de Florianópolis como forma de resistência aos Conselhos Comunitários implantados como parte de uma política de controle da população da ditadura civil-militar.

Outro fato importante nesse contexto de avanço de lutas e de organização popular é o surgimento da UFECO em 1987. Surgia como uma estratégia de apoio à proposta de participação política do PMDB, que conquistava a prefeitura nas eleições de 1985, depois de mais de 20 anos de prefeitos nomeados. No entanto isso não impede que o surgimento dessa entidade possa ser analisado como uma expressão da força que as lutas envolvendo os bairros adquiriam no novo cenário político.

A compreensão histórica dos movimentos que se pretende aqui analisar aponta ainda para outra ordem de acontecimentos referentes aos conflitos urbanos. Em 1983 surgia o CAPROM. Muito articulado à Igreja Católica, seus militantes mais ligados à Teologia da Libertação propunham um trabalho prolongado de formação de lideranças. Paralelamente à organização dos sem-teto, passaram a desenvolver um trabalho de organização comunitária junto às chamadas periferias urbanas de Florianópolis, ou seja, naquelas localidades que abrigavam a população mais pobre da cidade, e que também dependiam de todo um esforço de organização e mobilização para serem despejadas de suas casas ou obterem melhorias mínimas em termos de infraestrutura e acesso a equipamentos urbanos. Em contraposição à UFECO, criam o Conselho das Associações,

buscando organizar as comunidades mais pobres de Florianópolis de forma autônoma e evitando que fossem influenciadas pelos partidos políticos tradicionais e suas práticas clientelistas.

No CAPROM eram articulados aqueles moradores que haviam sido despejados, ou que encontravam dificuldades extremas de pagar aluguel, e muitos sem-teto provenientes de regiões atingidas pelas enchentes do vale do Itajaí. Muitos desses atingidos tinham se deslocado para a capital a fim de cobrar do governo promessas de apoio feitas quando das enchentes.

Assim, como resultado de um longo processo de organização desses setores mais empobrecidos da cidade, em 1990 surgiram no bairro Monte Cristo (antigo Pasto do Gado, na área continental de Florianópolis) duas ocupações: a Novo Horizonte e a Nova Esperança.

Ao longo de duas décadas, articularam-se às localidades surgidas de ocupações espontâneas, que se encontravam em lutas pela regularização da posse. A maioria, formada por migrantes provenientes do interior do estado, ou de áreas rurais dos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em 1991 protagonizaram a ocupação da câmara de vereadores. Com essas ações reforçavam um sentimento de pertencimento comum, criando uma identidade comum, na qual se diferenciavam da UFECO e articulavam-se com outros movimentos sociais, criando uma forte rede de apoio em torno de si. Em 1992, articulados aos sem-terra, participaram da Romaria da Terra. A força do movimento nesse período foi muito expressiva, tanto que em 1992 conseguiram eleger um vereador.

No entanto, a partir de meados dos anos 1990, as localidades surgidas passaram a sofrer um processo de desarticulação, encontrando dificuldades de manter as práticas de organização e mobilização dos anos anteriores, embora os seus problemas de moradia prosseguissem.

### **AS NOVAS OCUPAÇÕES (2012 – 2016)**

A partir de 2012 tem início um novo ciclo de ocupações na cidade. Na verdade, envolvendo a área metropolitana. Áreas do município vizinho de São José. Uma série de mudanças ocorreram na cidade entre esses dois períodos. O surgimento de novas áreas de moradia e a expansão de antigos bairros (mudanças decorrentes do forte crescimento

populacional) alteraram a fisionomia urbana da área metropolitana. Nesse processo, modificou-se também o perfil dos seus moradores e a dinâmica política da cidade, com o ingresso de novos protagonistas na cena pública.

Falar em grande Florianópolis passou a ser uma necessidade na análise da questão da habitação na cidade. A tendência a uma periferização que vinha se esboçando desde a década de 1980 se tornava cada vez uma realidade viva em Florianópolis. Mais do que o município de Florianópolis, a unidade de análise passava ser a área metropolitana.

Com relação à periferização alguns dados sobre a chegada da população migrantes a Florianópolis iluminam a questão. Pesquisa realizada com os moradores na Ocupação Contestado revelou que entre aqueles moradores que chegaram à área metropolitana nas décadas de 1980 foi muito maior a proporção dos que tiveram como primeira moradia alguma localidade do município de Florianópolis, se comparados com os que aqui chegaram na primeira década do século. Para esses os principais pontos de chegada foram os municípios de São José, Biguaçu e Palhoça. Ou seja, embora os dados se refiram a uma pequena amostra, é possível afirmar que os migrantes pobres encontram muito mais dificuldades de ir morar em Florianópolis hoje do que no passado.

É nesse contexto, de crescimento populacional acompanhado do aumento das áreas de pobreza na Grande Florianópolis que novas ocupações passaram a ocorrer. Desta vez expandiram-se pela área metropolitana, não se restringindo ao município de Florianópolis. A primeira foi a Ocupação Contestado, em finais de 2012. Surgiu de forma espontânea, sem planejamento prévio, sem uma estratégia coletiva organizada para tomar um terreno, na periferia do município de São José. Na verdade, foram vítimas de uma promessa eleitoral não cumprida. Mas acabou por assumir um caráter organizado em razão das circunstâncias de seu surgimento - o fato de terem sido vítimas de uma manobra eleitoral que, ao invés de terem seus terrenos regularizados acabaram por se tornarem sem-tetos. A partir da ordem judicial de despejo, passaram a contar com o apoio de dois grupos organizados, formados na maioria por estudantes, as Brigadas Populares e o Coletivo Bandeira Negra.

A outra ocupação foi a Palmares, também surgida de forma espontânea, mas que passou se organizar a partir das ameaças de despejo. Ocuparam encostas próximas à Universidade Federal de Santa Catarina, no coração da ilha, e passaram a contar com o apoio de estudantes universitários organizados principalmente em torno do Coletivo

Bandeira Negra, que também atuava na Contestado. Por ocuparem uma área de risco de deslizamentos, acabaram por ser removidos, com maioria das famílias destinadas ao aluguel social.

Em finais de 2013 surgiu a ocupação Amarildo, organizada e apoiada pelo Movimento Sem-Terra (ou de uma de suas dissidências, as Brigadas Marighella). A mesma congregou muitas pessoas (mais de 700 famílias), ocupando uma área próxima a SC-401, que dá acesso às valorizadas praias do norte da Ilha. Pelo fato de ocuparem uma área extremamente valorizada, sofreram forte pressão política e midiática, e acabaram tendo que deslocar o acampamento para outras áreas, até ficarem reduzidos a poucas famílias em um assentamento em área rural, distante 60 quilômetros de Florianópolis.

Comum às ocupações foi a presença cada vez mais efetiva de novos moradores da Grande Florianópolis: não só os migrantes vindos do interior, ou dos vizinhos estados de Paraná e Rio Grande do Sul, mas também de outras regiões do país, com especial atenção para a intensificação do fluxo de nordestinos, novidade no Sul do Brasil. Além da presença de migrantes nessa população que compunha os sem-teto, outro aspecto de grande visibilidade foi a participação feminina na organização do movimento.

## **OS PERFIS**

Assim, dois traços podem ser apontados como recorrentes nessas novas lutas por moradia na Grande Florianópolis: a presença das mulheres na liderança do movimento e a composição marcada pela forte presença de migrantes entre os sem-teto. Tal como nas comunidades surgidas das lutas do passado, nas novas ocupações do movimento dos sem-teto, é possível identificar a força da participação feminina, tanto entre as principais lideranças como no trabalho cotidiano de organização comunitária, sendo que a maioria delas é constituída por mulheres migrantes. Nas próximas páginas, são analisados dados de uma pesquisa realizada junto à ocupação Contestado entre 2013 e 2016. Algumas informações são complementadas com dados das outras duas ocupações ocorridas no período, além de serem confrontadas com os dados das ocupações ocorridas no início dos anos 1990.

## **UMA POPULAÇÃO DE MIGRANTES:**

A Ocupação Contestado evidenciou que a exclusão e a segregação socioespacial historicamente tem recaído sobre a população de origem migrante. A maioria da população de trabalhadores de baixa renda na cidade é ainda hoje constituída por migrantes internos, provenientes do interior do estado de Santa Catarina ou de outros estados brasileiros.

. Os dados de um questionário aplicado na Ocupação Contestado entre junho e setembro de 2013 reforçam essa ideia. Os dados coletados referentes à situação de moradia anterior, incluindo a trajetória migrante, renda, saúde, trabalho, educação e participação política confirmam o que foi dito acima. O questionário foi aplicado apenas ao responsável pelo domicílio, mas com muitas perguntas referentes ao conjunto dos moradores da unidade domiciliar. Numa primeira mirada os dados não trouxeram muitas novidades. Demonstraram que se tratava de moradores de baixa escolaridade, convivendo com elevados índices de informalidade, de desemprego e trabalho precário. No entanto, eles revelavam a existência de uma significativa presença de nascidos na Grande Florianópolis, se comparados com outras ocupações. De acordo com a contagem realizada (a metodologia da pesquisa dividiu a população da ocupação por estados e por mesorregiões de Santa Catarina<sup>2</sup>), os nascidos em Florianópolis constituíam o segundo maior grupo, só perdendo para os nascidos na mesorregião Oeste.

Os dados do questionário conferiram destaque ao fenômeno migratório, pois a maioria dos ocupantes não era nascida na Grande Florianópolis: os moradores da Ocupação Contestado são migrantes ou pessoas com passado migratório. Mas numa comparação com os movimentos dos anos 1990, os perfis dos novos sem-teto apontam para uma maior presença de pessoas nascidas na Grande Florianópolis. Se nos anos 1990 se dizia, por exemplo, que uma ocupação como a Nova Esperança era formada majoritariamente por migrantes, mas que há muitos anos viviam na Área Metropolitana de Florianópolis, agora a realidade tornou-se outra: na Contestado, cerca de um terço (34,5%) dos chefes de família são naturais de municípios da Grande Florianópolis (CANELLA, 2014).

No caso da ocupação Amarildo, que não é objeto desse artigo, mas cujos dados são importantes para pensar na dinâmica migratória e na segregação urbana em Florianópolis,

---

<sup>2</sup> Mesorregião é uma subdivisão geográfica dos estados que compõem a federação brasileira. Foi criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com finalidade estatística, não constituindo uma unidade política ou administrativa. O estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

revela-se uma presença muito mais significativa de migrantes. Nessa ocupação que em finais de 2013, chegou a reunir mais de 700 famílias, contava com apenas 15% de famílias originadas na Grande Florianópolis.

Cabe observar que o maior contingente daqueles que constituíram o movimento sem-teto na década de 1990 era formada por migrantes provenientes das mesmas mesorregiões que aparecem no questionário de 2013 em número elevado nas duas gerações. Na época, ao senso comum, veiculado na mídia e por muitos políticos, que apontava o problema como tendo origem no empobrecimento das áreas rurais, o movimento já respondia que a questão se relacionava principalmente com a falta de oportunidades da cidade, argumentando que eram migrantes, sim, mas há longa data vivendo nos bairros de periferia da Grande Florianópolis (CANELLA, 1992, p. 89).

No entanto, merece ser destacado que dos 20 moradores nascidos na Grande Florianópolis, apenas 8 têm o pai ou a mãe nascidos na Região Metropolitana. A questão se coloca do mesmo modo, hoje: a composição social revela não apenas a existência de migrantes, mas também a presença de uma geração de filhos de migrantes. Ou seja: os dados analisados evidenciam uma dinâmica de cidade que prossegue não incorporando sua pobreza, especialmente aquela formada por moradores provenientes de outras regiões.

### **AS MULHERES DA OCUPAÇÃO CONTESTADO**

Muitas mulheres da Ocupação trabalham fora de seus domicílios, mas todas desempenham - com ajuda de outras mulheres da família – o trabalho doméstico. Entre as mulheres entrevistadas, 17 exercem alguma ocupação remunerada, contra 25 que estão apenas em casa (donas de casa). O *survey* identificou a seguinte situação laboral entre as mulheres que exercem ocupações remuneradas: empregada com carteira assinada: 10 ocorrências; empregada sem carteira assinada: 1 ocorrência; trabalhadoras autônomas: 6 ocorrências. No entanto, há situações intermediárias de mulheres que exercem trabalhos temporários (*free lancer*, bico) – foram constatadas 2 ocorrências<sup>3</sup>.

Cerca de metade das mulheres que trabalham estão em ocupações como auxiliar de serviços gerais, diarista, faxineira e camareira (ligadas à limpeza). Em menor números

---

<sup>3</sup> Observo que esses dados se referem às responsáveis pelo domicílio: é necessário considerar que muitas que trabalham não responderam ao questionário completo.

encontram-se mulheres que trabalham como vendedoras autônomas, no comércio, auxiliar de cozinha, recepcionista, etc.

Observa-se, ainda, que assim como na questão migratória, na qual foi observada a continuidade de um perfil de migrantes (se comparados com sem-teto de outra década), o perfil das mulheres também evidencia a reprodução de uma condição de classe entre as gerações de sem-teto: entre os entrevistados da Contestado (homens e mulheres) 31,7% são filhos de donas de casa, 30,5% de diaristas e 17% de mulheres agricultoras.

Um dado que chamou a atenção na análise dos questionários foi o fato de aparecer nos indicadores de renda apenas um caso de recebimento de pensão alimentícia, embora sejam 12 famílias monoparentais femininas - chefiadas por mulheres, com filhos menores e sem a presença masculina – correspondendo a 14,6 % das unidades domiciliares da ocupação. Concordando com a análise de Tornquist e Olívio sobre as mulheres da Contestado, esse dado aponta para o fato “do grupo não partilhar da concepção de que os homens são responsáveis pelo provimento dos filhos quando há uma fratura da união afetiva que lhes deu origem” (TORNQUIST e OLÍVIO, 2015, p. 8).

A renda média per capita dessas famílias monoparentais femininas é de R\$326,50 mensais em 2013. Essas mulheres se inserem nos 34,2% dos domicílios que apresentam renda média per capita inferior a 400 reais mensais<sup>4</sup>. Esses dados só confirmam a extrema precariedade das condições de vida dessas moradoras, pois mesmo não se situando nas faixas mais pobres, a renda per capita de suas famílias é inferior à metade de um salário mínimo, que na época da aplicação dos questionários era de R\$ 678,00 - ou aproximadamente € 234,00 (segundo a cotação do euro nessa mesma época).

Outro dado revelador do perfil, refere-se às suas trajetórias de vida anteriores à ocupação, marcadas pela pouca participação política (tanto dos homens como das mulheres). 96,3% nunca havia participado de sindicato ou movimentos de trabalhadores (como greves ou paralisações). Pouquíssimos são filiados a algum partido político, e 84,2% declaram não simpatizar com qualquer partido político.

---

<sup>4</sup> A comparação com o conjunto da ocupação revela que elas fazem parte do grupo de 15,9% famílias que apresentam rendas médias per capita entre R\$ 300,00 e R\$400,00 mensais (aproximadamente entre € 138,00 e € 103,00). Observa-se que essa não é a faixa de renda com o maior número de domicílios. É na faixa de renda abaixo dessa, com renda familiar per capita entre R\$200,00 e 300,00 que se concentra o maior número de unidades domiciliares (18,3%).

Diante desse quadro, marcado pela precariedade das condições materiais de vida e pela inexperiência política e associativa, cabe indagar sob que condição ocorreu a inserção desses moradores e moradoras numa esfera de lutas políticas, passando a conviver com um cotidiano onde a necessidade de participação passou a se fazer muito presente.

### **A ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO CONTESTADO**

As ocupações do início dos anos 1990 se caracterizaram pela participação de articuladores e lideranças ligadas a setores progressistas da Igreja Católica, que impulsionaram uma dinâmica de mobilização e uma forma de organização bastante peculiar, marcadas pela forte coesão interna e por um sólido sentimento de pertencimento comunitário. Ocorreram no contexto de emergência dos movimentos sociais na conjuntura nacional e, no plano local do crescimento da cidade. Fizeram com que, no bojo de conquistas de vários movimentos (atuantes desde os anos 1980), rompessem com a imagem de Florianópolis como cidade pacata e provinciana.

As ocupações surgidas após duas décadas, no final de 2012, ocorreram com o apoio de grupos organizados, compostos principalmente por militantes oriundos do movimento estudantil. Embora bastante dispostos a estabelecerem uma relação de compromisso e diálogo com os moradores, verificou-se um conjunto de dificuldades na relação entre esses mediadores e os sem-teto propriamente ditos. Provenientes de um outro universo social (a maioria são estudantes universitários ou profissionais de nível superior, oriundos da classe média urbana), os apoiadores, aqui denominados mediadores, nem sempre encontraram facilidades na compreensão dos modos de fazer e pensar desse outro, formado por uma diversidade de pessoas vindas das classes populares. Entre essas dificuldades, pode ser destacada a relação dos mediadores com os moradores de igrejas pentecostais.

A presença feminina nos espaços de participação coletiva foi uma característica no plano organizativo que, tal como nas ocupações dos anos 1990, se fez presente na ocupação Contestado. Essa característica, como já colocado anteriormente, pode ser tomada como um traço recorrente em movimentos de luta por moradia<sup>5</sup>.

Na ocupação Contestado foi notável a participação feminina, desde os primeiros momentos. Ela se apresenta nas três instâncias principais da organização interna: os

---

<sup>5</sup> Sobre isso, podemos citar referências de diferentes períodos e campos disciplinares das Ciências Humanas: Pinto (1992), Blay (1980), Gohn (1985), Macedo (2002), Macedo Filho e Regino (2010).

núcleos, as quadras e a coordenação. Essa estrutura organizativa foi criada a partir de uma concepção de coletividade democrática, tendo nos núcleos o primeiro nível da coletividade, com o papel de reunir os moradores pela proximidade das casas e tratar dos problemas mais cotidianos, os quais devem ser repassados para a coordenação geral. Num segundo nível, há as quadras, que congregam os coordenadores de núcleos com a finalidade de discutir questões estruturais de espaço. As coordenações reúnem as lideranças das quadras e as decisões que afetam a coletividade são remetidas a uma instância superior a todas essas, que é a da assembleia.

Tal dinâmica de participação coletiva acontece numa realidade em que a maioria dos moradores são politicamente inexperientes. O fato de que a maior parte iniciava-se em práticas associativas no processo de ocupação ficava evidente na dependência das ações dos articuladores externos ao próprio grupo de demandatários. No entanto, em que pese essa pouca experiência, as mulheres tiveram significativa participação na organização dos núcleos e quadras. Muitos relatos se referem à experiência de participação como “positiva e altamente prazerosa para as mulheres, que têm um reconhecimento social de sua atuação na ocupação” (TORNQUIST & OLÍVIO, 2015, p. 8), internamente, bem como externamente, em negociações com os órgãos estatais e outros agentes sociais.

Na relação entre gênero e movimentos de luta por moradia, a bibliografia tem destacado que a casa contém significado de proteção social que pode ser um elemento explicativo da mobilização das mulheres na luta pela moradia. Bilac, em texto clássico, analisava essa questão, observando que “quem casa quer ter casa” (1985). A participação das mulheres em movimentos de luta por moradia pode ser entendida assim, como uma das formas de materialização dos esforços pela melhoria de vida, no qual a casa passa ter grande importância num contexto de adversidades, como observou Márcia Macedo (2002, p. 66).

No que se refere à dinâmica específica dos movimentos sociais há ainda outra especificidade que precisa ser destacada. Considerando que um dos elementos constitutivos dos movimentos sociais é a ação coletiva (as formas e os mecanismos como

os atores se mobilizam)<sup>6</sup>, evidencia-se que, nessa dimensão específica dos movimentos de luta por moradia, as mulheres têm um papel estratégico fundamental. Com bastante os conflitos resultam em conflitos com a polícia. Nessas situações as mulheres, junto com as crianças, compõem a linha de frente no enfrentamento com a polícia, impedindo as ações violentas da polícia (MACEDO, 2002, p. 66). O papel que desempenham, fundamental para o sucesso do movimento, coloca em questionamento a hierarquia entre os gêneros, pois nessas situações a resistência pela força física (atributo da virilidade masculina) pouco conta. Esse aspecto foi observado na ocupação Contestado por Tornquist e Olívio, que perceberam nos relatos das mulheres da Ocupação Contestado que os enfrentamentos com a polícia eram sentidos como “momento de fortes emoções (medo, mas também, coragem e solidariedade), vividos muitas vezes sem os companheiros” (TORNQUIST e OLÍVIO, 2015). A coragem e a determinação das mulheres, a sua presença com os filhos acabam por revestir os movimentos de uma humanidade que desarma ou ao menos suspende julgamentos morais que estigmatizam os sem-teto (tais como o de “bandidos”, “desocupados”, “criminosos”), dando visibilidade à dimensão social do problema da habitação.

No caso dos sem-teto dos anos 1990, Teresa Kleba Lisboa (2002) analisou sob a ótica do empoderamento as mulheres migrantes que passaram a liderar movimentos de luta por moradia na periferia urbana da Grande Florianópolis. Seu estudo mostrou como, num contexto marcado por um conjunto de exclusões (que envolvem desde à vivência de uma nova desigualdade até perdas cognitivas), foram atribuindo um novo sentido à casa: em seus processos de engajamento, além de resolver uma necessidade material relacionada à moradia e à subsistência, a luta pela moradia assumia outros contornos. De acordo com a autora, a casa passou a ser incorporada à ordem dos desejos e a significar a realização dos sonhos" (LISBOA, 2002, p.42). O engajamento significa uma contraposição de sonhos a um passado de exclusões. Nesse sentido, as dificuldades encontradas na trajetória migrantes dessas mulheres carregam consigo uma marca específica de gênero.

Essa dimensão conflitiva tem também implicações no plano identitário: relações que eram remetidas à ordem do privado, com a explicitação dos conflitos que emergem da

---

<sup>6</sup> Na tipologia de Ilse Scherer-Warren (1987), os elementos que devem ser considerados na análise de movimentos sociais são, além da natureza da ação (ou a *práxis*), a presença de objetivos comuns (o projeto), a orientação por princípios valorativos comuns e uma organização direta.

condição de excluídas, passam a assumir um caráter público. Sobre isso, Celi Pinto (1992, p. 135) observou que mulheres faveladas, “cuja condição de miséria é constituída através de múltiplas exclusões”, colocam-se em uma situação privilegiada de construção de identidade. A autora destacou a importância da “ruptura do ‘eu’ enquanto constituído no privado, e sua inserção no espaço público”.

Temos várias histórias para contar que retratam essas marcas, de gênero e de exclusão, e que se relacionam a mulheres que se tornaram lideranças. Liana migrou em razão de uma gravidez não planejada. Os conflitos com a família e com o pai do seu filho a obrigaram a migrar para Florianópolis. Levando consigo o seu filho ainda muito pequeno, trabalhou em “casa de família” até que se juntou ao movimento dos sem-teto. Marisa após sair de sua casa num município rural da Região Metropolitana foi excluída da herança da após a morte precoce de seu jovem marido. Karla abandonou a casa de seus pais e veio morar em Florianópolis com seu marido. A recusa em viver a violência cotidiana imposta por seu marido a tornou moradora de rua, indo viver no Pasto do Gado com seus filhos ainda pequenos.

A história de Cristina revela que no seu destino como filha (as dificuldades que enfrentou na infância por conta do relacionamento autoritário do seu pai com a família), como na sua vivência como mulher e mãe, toda uma sorte de imposições, que envolveu situações como a perda da casa para o ex-marido, a sua recusa no divórcio para que pudesse disputar a herança do pai de Cristina, que estão relacionadas a gênero.

Muitas são as histórias narradas pelas mulheres que passaram a integrar o movimento sem-teto nos anos 1990. Em seus depoimentos, ficou evidente que tanto na escolha por migrar, como nas consequências da migração, as relações de gênero estiveram muito presentes, e de forma bastante dura e dramática.

## **CONCLUSÕES**

Movimentos sociais contemporâneos que envolvem atores socialmente mais vulneráveis têm como característica articular um conjunto de processos ligados a diferentes dimensões do social, como classe social e gênero. O que se procurou demonstrar aqui é que processo migratório fez parte de uma exclusão a um só tempo social e de gênero. O fato de serem mulheres fez toda diferença em suas trajetórias de vida, já marcadas pela extrema precariedade econômica e social.

O que os conflitos urbanos envolvendo a moradia têm revelado é que partir da casa muitas questões passam a ser politizadas, transferindo-se do âmbito privado para o político. A construção de identidade torna-se parte de um complexo processo que é político, pois conduz à (e implica em) resistência. E é essa constatação que nos permite apostar na resistência das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana; GUIMARÃES, Roberta Perez. Metrôpoles Brasileiras No Século 21: Evidências do Censo Demográfico de 2010. **Informe GEPEC** (Online), v. 15, p. 634-648, 2011.

CANELLA, Francisco. **Migrações, gênero e movimentos sociais: a Ocupação Contestado (2012 – 2015)**. In: ASSIS, Gláucia de O., PADILLA, Beatriz, FRANÇA, Thaís (orgs.). *livro no prelo*

CANELLA, Francisco. **O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores**. Coordenador. (Projeto de Pesquisa) Florianópolis, UDESC, Fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_, MAGALHÃES, Luís Felipe e TORNQUIST, Carmen Susana. Reconfigurações da segregação urbana, trajetórias migrantes e emergência de lutas pela moradia na Grande Florianópolis.. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de População, Lima – Peru, **Anais do VI Congresso da Associação Latino-Americana de População**, 2014.

\_\_\_\_\_. **O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores**. Projeto de Pesquisa. Florianópolis, UDESC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Centro de Estatística e Informações, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba. Mulheres migrantes no sul do Brasil e seu processo de empoderamento. **Revista Katalysis**, Florianópolis/SC, v. 5, n.1, p. 12-26, 2002.

MOTTA, Diana & MATA, Daniel. **Crescimento das cidades médias**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008 (Boletim Regional e Urbano).

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e EUGÊNIO, Fernanda. (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

PINTO, Celi Regina. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINNI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

SILVA, Ana Amélia. A luta pelos direitos urbanos em São Paulo: representações de cidade e cidadania, In: Encontro nacional da ANPOCS, Caxambu, MG, **Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS**, 1990.

TORNQUIST, Carmen Susana, OLÍVIO, Maria Cecília. Mulheres e lutas pela moradia: ambiguidades entre o protagonismo e o patriarcado. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, San Jose - Costa Rica, **Anais do XXX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia**, 2015.